

**XIV Seminário de Economia Mineira
Diamantina 2010**

Área temática: História econômica e demografia histórica

Mercado forjado: a constituição da Feira de Gado de Três Corações (1900-1920)

**Elton Rodrigo Rosa
Graduando em Ciência e Economia na Universidade Federal de Alfenas**

**Alexandre Macchione Saes
Professor Adjunto do Departamento de Ciência e Economia
da Universidade Federal de Alfenas**

Resumo: O artigo discute a formação da Feira de Gado de Três Corações, analisando os caminhos percorridos pela região na transição da sociedade escravista para a constituição de sua dinâmica capitalista. Para tanto, o texto apresenta uma interpretação para a relação entre Estado e feira de gado mediante o conceito de “mercados pontuais”. Considerando que, o sul de Minas deve ser analisado como um território marcado por processos históricos particulares, se discute no texto o porquê de apesar de receber ora influências da economia cafeeira paulista, ora do comércio de abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, a região apresentou um crescimento econômico limitado no início do século XX.

Palavras-chave: Feira de Gado, Três Corações e Capitalismo.

Mercado forjado: a constituição da Feira de Gado de Três Corações (1900-1920)

Existe um abismo historiográfico entre os aspectos econômicos de Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX e aqueles da transição para o século XX. Hoje não restam muitas dúvidas sobre o determinante papel desempenhado pela Província de Minas Gerais no abastecimento da Corte e, quiçá, de outras regiões do país, posteriormente a decadência da economia de mineração¹. Eram importantes redes mercantis que possibilitavam a disseminação dos mais diversos negócios tanto em Minas como no Rio de Janeiro desde antes da chegada da Coroa portuguesa até os primeiros anos de Brasil independente. Entretanto, ao nos depararmos com o cenário econômico de Minas Gerais no início do século XX, a Província que outrora demonstrava substancial pujança econômica, passou a ser vista por sua própria elite política como a terra da tradição e do atraso². Não era uma estagnação econômica, mas, por cima de suas montanhas, os mineiros observavam a economia paulista em pleno processo de modernização.

No Sul de Minas Gerais essa dinâmica não foi muito diferente. Aproveitando-se do crescimento econômico brasileiro de fins de século XIX e dividindo com a Zona da Mata o novo “centro dinâmico” da Província, a região ampliou seus centros urbanos e, ainda, pode fomentar um pequeno processo de modernização de algumas de suas cidades. Região com papel decisivo no abastecimento das cidades mineiras no século XVIII e da corte nas primeiras décadas dos oitocentos, o Sul de Minas a partir da segunda metade do século XIX passaria a sofrer algumas importantes transformações. Mas, mesmo que a introdução do café na região em torno de 1880 tenha dado ao Sul de Minas maior vigor econômico, como por meio da construção de ferrovias, da introdução de empresas de serviços públicos e, inclusive, da formação das primeiras indústrias, não podemos admitir que a dinâmica de tais transformações tenha seguido o modelo “café-indústria” paulista³.

Independentemente da tendência da economia cafeeira sugar recursos e atrair novos produtores, outras atividades tradicionais mantiveram papel relevante na produção do Estado. Assim, Minas Gerais possuía, na passagem do século XIX para o XX, senão o maior, um dos maiores rebanhos bovinos do Brasil. Essa mercadoria perfazia, por exemplo, em 1903, 19% das exportações mineiras, atrás apenas do café, que no mesmo ano contribuía com 64% das mesmas (COSTA, 1978). Entretanto, no cenário nacional, ao contrário da pecuária em que o Estado demonstrava representatividade, a produção mineira de café era entre cinco e seis vezes menor que a de São Paulo (DINIZ, 1981, p. 101). Se

¹ Para o papel da Província de Minas Gerais no mercado interno e dos circuitos mercantis no período: Fragoso (1998), Lenharo (1979) e Restitutti (2006).

² Nas palavras do então Presidente do Estado João Pinheiro da Silva: “Do exame desta situação, que traduz, tristemente nosso atraso quanto aos problemas econômicos, ao aproveitamento de nossas riquezas naturais, a prática por processos condenados, dos tempos ainda da escravidão, resulta, e com profunda magoa patriótica o dizemos, que, em um Estado de 4.000.000 de habitantes, o algarismo da receita pública se limita a cifra de 16.436:615\$700. Sente-se bem que os sacrifícios para o cumprimento de algum grande dever se estão impondo e que é chegado, srs. representantes de Minas Gerais, o momento de graves reflexões, em que a consciência de um povo se examina nas lições do passado, nas próprias angústias do presente, medindo a extensão das faltas cometidas pela grandeza do mal e propondo-se a remediá-lo pela mudança absoluta de rumo”. MINAS GERAIS. *Relatórios de Presidente de Província e de Estado*, 1907, p. 22-3.

³ Para trabalhos sobre a dinâmica da industrialização baseada no modelo café-indústria: MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1986, SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da industrialização no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976 e CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial no Brasil*. São Paulo: Difel, 1977.

considerarmos que a cafeicultura era a principal direção para a qual se voltavam os olhos dos produtores, frente a incentivos governamentais, e por ser a mais rentável das atividades exportadoras, pode-se concluir destes dados duas breves conclusões: a primeira delas é a respeito da baixa especialização relativa mineira na produção de café se comparada a São Paulo e, a segunda, é a própria disparidade absoluta em relação ao volume produzido pelas fazendas paulistas. Ou seja, o retardamento da produção cafeeira de Minas Gerais era patente, especialmente considerando que, por volta de 1880, as exportações dos dois Estados eram semelhantes (Ibid, p. 101).

As origens deste atraso, com relação ao cenário da economia nacional⁴, remontam de todo o decorrer do século XIX. Origens essas, que devem ser buscadas nas relações sociais de produção que condicionaram a formação do complexo sócio-econômico em Minas Gerais. E nesse sentido, faz-se mister a observação quanto às formas de transição do trabalho escravo para o trabalho livre e compreender de que forma se consolidou (ou não) o capitalismo nesse período. Assim, poderemos observar as conseqüências decorrentes dessa configuração material, desde a questão do “atraso econômico” de Minas Gerais até a própria atuação política no Estado. Afinal, por que em Minas Gerais a diversificação do capital em atividades econômicas urbano-industriais foi mais tímida? E, por que ao invés da expansão de negócios tidos como “modernos”, o que se observa é retomada de ramos mercantis tradicionais?

Assim, o presente artigo discute a formação da Feira de Gado de Três Corações, buscando analisar os caminhos percorridos por uma região na transição de uma sociedade escravista para uma em constituição de sua dinâmica capitalista. O texto apresenta uma interpretação para a relação entre o Estado e a comercialização do gado mediante o conceito de “mercados pontuais”, isto é, da necessária intervenção do governo na promoção das atividades econômicas. Afinal, o sul de Minas deve ser analisado como um território marcado por processos históricos particulares, pois, apesar de receber ora influências da economia cafeeira paulista, ora do comércio de abastecimento com a cidade do Rio de Janeiro, pode-se dizer que a região teve um crescimento econômico limitado. Crescimento esse que mais facilmente buscou reconstruir as atividades tradicionais locais, como as feiras de gado, ao invés de disparar a emergência de uma economia industrial.

Para tanto, na primeira parte deste trabalho, faremos uma rápida recuperação do panorama econômico de Minas Gerais no século XIX, tratando desde a questão da produção de subsistência, passando pela questão da transição do trabalho escravo para o trabalho livre e suas relações com a formação de um mercado interno consumidor; na segunda parte, trataremos de oferecer uma proposta teórica para a análise da imposição do Estado na formação de mercados pontuais, dentre os quais poderemos situar as feiras de gado; na terceira parte, faremos um estudo de caso da Feira de Gado de Três Corações para demonstrar como Estado e economia se articulavam em um contexto de atraso econômico; e, faremos ao final, um breve balanço sobre a conjuntura mineira e suas tentativas de modernização.

⁴ Se formos retomar uma máxima dita no Parlamento Brasileiro, apontada por Caio Prado Jr. que dizia: “O Brasil é o café”, veremos que o quadro mineiro era realmente de atraso. Esta máxima, na visão do autor, correspondia “então, legitimamente a uma realidade: tanto dentro do país como no conceito internacional o Brasil era efetivamente, e só, o café” (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 166). Claro que não apreendemos este cenário de maneira como se tivesse de seguir o café-indústria paulista, mas entendemos que houve uma orientação inicial para tal atividade, e ela não se consolidou por fraqueza nas relações de produção.

1. Economia Mineira no Século XIX

Os estudos clássicos a respeito da história econômica do Brasil foram criticados por negligenciar, de certa forma, a economia mineira do século XIX. Tendo como pano de fundo uma orientação metodológica que privilegiava estruturas coloniais de produção exportadora, grandes trabalhos como *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado (2007), apontaram que nesse período, após o declínio da mineração, a economia mineira teria regredido à simples produção para subsistência. Já que

Não se havendo criado nas regiões mineiras formas permanentes de atividades econômicas – à exceção de alguma agricultura de subsistência –, era natural que, com o declínio da produção de ouro, viesse a rápida e geral decadência. (...) Todo sistema se ia assim atrofiando, perdendo vitalidade, para finalmente desagregar-se numa economia de subsistência. (Op. cit., p. 132).

Esse trecho pode ser classificado como o impulsionador do debate historiográfico a respeito do papel econômico de Minas Gerais no século XIX. Uma economia sem vitalidade comercial, que perderia muitos escravos para as demais regiões; uma economia que só recuperaria suas forças com a ascensão do café, principalmente na Zona da Mata, no fim dos oitocentos. No entanto, ao analisar a estrutura de abastecimento do Rio de Janeiro, a partir da chegada da família real no início do século XIX, e aliada a uma urbanização crescente da corte, principalmente a partir da década de 1820, Alcir Lenharo (1979) demonstrou uma forte orientação dos mineiros para a produção mercantil de víveres (entre carnes verdes, toucinho, e alguns cereais) destinados a este local, via tropeiros.

O comércio de tropas, se não era suficientemente representativo, em termos de valores se comparado às atividades dos “ciclos”, certamente, foi representativo em um cenário antes dito de estagnação⁵, o foi também para a formação de uma integração inter-regional – com certos limites⁶ – e para a consolidação de uma nova elite política em Minas Gerais. Segundo Lenharo, a nova orientação econômica mineira conferia poder a outros segmentos sociais dentro da província: se até a primeira quarta parte do século XIX, esta ainda estava nas mãos das velhas elites economicamente decadentes das regiões de São João Del-Rei e Ouro Preto, a partir daí, começaria a se fortalecer uma elite política agrária, principalmente as regiões Sul e da Zona da Mata.

Em orientação similar, Roberto Martins (1980) demonstra a força da economia mineira se baseando no contingente populacional escravo na província. Para o autor, a Minas oitocentista teria tido o maior plantel de cativos já visto em todo o período escravista

⁵ Para a relação entre comércio exportador e voltado para o mercado interno conferir o trabalho: MARCONDES, Renato Leite. *Desigualdades regionais brasileiras: comércio marítimo e posse de cativos na década de 1870*. Ribeirão Preto: Livre-docência – FEA/USP Ribeirão Preto, 2006.

⁶ A integração, na primeira metade do XIX, citada por Lenharo (1979) não pode se apresentar em termos absolutos. Mais interessante seria se utilizássemos o termo “interações relativamente periódicas”. A estrutura de transportes à época não conferia à Província de Minas uma condição de efetiva integração. Os caminhos principais eram o *caminho velho* (ligava Ouro Preto à Corte passando pelo Sul de Minas, Serra da Mantiqueira e pelo Vale do Paraíba paulista), o *caminho novo* (ligava Ouro Preto, também à corte, entretanto bem mais curto, seguindo por Barbacena, Juiz de Fora e Petrópolis) e a *estrada do comércio* (ligava São João Del-Rei ao Rio de Janeiro, passando pelos vales dos Rios do Cervo e Grande). Caminhos que, segundo Lenharo (1979) e Giovanini (2006), eram marcados pela precariedade e má conservação. Essa estrutura, em si, não poderia permitir uma integração.

no Brasil. Mas, o que difere sua abordagem da Lenharo (1979), é que para Martins, “a razão de ser da economia mineira era a própria Minas” (1980, p. 43). As atividades exportadoras seriam, para o autor, de menor importância frente ao mercado interno.

A própria questão do escoamento da mão-de-obra escrava da mineração para o café no Vale do Paraíba seria negada por Martins. Ainda mais, o autor negaria que o trabalho compulsório dependesse, necessariamente, da presença de uma grande lavoura exportadora. O mercado interno mineiro era forte o suficiente não só para manter a quantidade de escravos, como também para ampliar seu quadro, e se tornar o principal destino de importações escravistas no Brasil. Mas não somente o mercado interno era, para o autor, a causa da permanência da escravidão em Minas Gerais, havia escassez de mão-de-obra que se sujeitasse ao assalariamento pleno: fazendo uso da *hipótese de Wakefield*, Roberto Martins demonstra que pelo fato de se haver, ainda, consideráveis quantidades de terras livres para ocupação dos trabalhadores “nacionais” se tornaria impossível o emprego de mão-de-obra assalariada em larga escala⁷.

Robert Slenes (1988) apesar de concordar com Roberto Martins quanto à província ser, efetivamente, importadora de cativos, questionaria a causa da reprodução da estrutura escravista. A crítica central de Slenes é acerca da questão da ausência da orientação externa, apresentada por Martins (1980). Para Slenes, o que justificava o poder de compra de escravos por Minas Gerais, era o fato de que esta era exportadora de gado vacum e suíno, cereais, e metais e pedras preciosos, além de que a província possuía, sim, principalmente na Zona da Mata, um sistema plantation cafeeiro. Isto é, a escravidão era resultante mais da integração mineira ao comércio exportador, do que aos negócios voltados ao mercado interno. Neste sentido, a importação de escravos, aliada à *hipótese de Wakefield*, ao alto custo dos transportes e a impraticabilidade das importações de alimentos, dificultaria, para o autor, a formação de um mercado de trabalho. Em suma, as importações de escravos continuavam necessárias, já que os homens livres trabalhariam, frente a essas condições, para si mesmos.

Wilson Cano e Francisco Luna (1983) adotariam uma perspectiva distinta nesse processo revisionista. Os autores indicariam, diferentemente de Martins e Slenes, que a economia mineira possuía pequeno grau de mercantilização. Para os autores, por sua vez, haveria um decréscimo na taxa de exploração do trabalho escravo, o que implicaria em um alto índice na reprodução natural. Condições pelas quais os autores negam o alto nível de importações de cativos, mas não deixam de, implicitamente, reafirmar as baixas condições de formação de uma mão-de-obra assalariada.

Douglas Libby (1988), talvez o mais distante das interpretações quanto à análise da mão-de-obra mineira, considerava o sistema escravista mineiro como uma realidade diversa das demais ao nível da instituição servil moderna. Classificaria-o como um sistema de ampla base produtiva – sob o aspecto da diversificação – que se relacionaria tanto com o mercado interno como externo. Com uma grande presença de escravos até a abolição, estes estariam também ligados a setores manufatureiros e pequenas oficinas de artesanato.

⁷ A hipótese de *Wakefield*, incorporada nos argumentos de Roberto Borges Martins (1982) e desenvolvida por Karl Marx sobre o processo de acumulação primitiva de capital, considera que a abundância de terras ociosas reduz a disponibilidade de mão-de-obra livres para o assalariamento, pois sem meios coercitivos para a separação entre trabalho e meios de produção, a família camponesa acaba recorrendo à produção de subsistência. Nas palavras de Martins, Minas Gerais “era curto em trabalho porque era comprido em terras”. Douglas Libby (1988) questiona tal argumento em seu texto sobre a indústria e o trabalho em Minas oitocentista, demonstrando já para aquele período, certo nível de proletarianização na sociedade.

O quadro de Minas Gerais, como se pode rever na discussão acima, se apresentava, independente da vertente em que se baseie, uma forte presença da caduca instituição da escravidão, ainda mais se se considera que boa parte mundo estava em processo de consolidação do capitalismo no final do século XIX. O capitalismo, mesmo com todas as suas contradições, condicionava o desenvolvimento acelerado das forças produtivas. A concorrência se torna a força vil pela qual se obriga o crescente investimento na estrutura produtiva e, por conseqüência, o avanço econômico. Se formos falar em atraso em relação a outras províncias, como propomos na introdução, é preciso conceituar que atraso, é nesse sentido: parcas condições (ou pré-condições) de se ensejar a modernidade.

Consideremos o seguinte:

Um dos pressupostos do trabalho assalariado e uma das condições históricas do capital é o trabalho livre e a troca de trabalho livre por dinheiro, com o objetivo de reproduzir o dinheiro e valorizá-lo; de o trabalho ser consumido pelo dinheiro – não como valor de uso para o desfrute, mas como valor de uso para o dinheiro. Outro pressuposto é a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação – dos meios e do material do trabalho (,,,) [o que] significa a dissolução tanto da pequena propriedade livre como da propriedade comunal da terra (MARX, 1975, p. 65).

Já ponderamos que o sistema de capital, implantado a partir de certo nível, promove por si a modernização. Se tratamos de atraso nos termos citados, adotaremos o critério de avaliá-lo como a distância para com as relações capitalistas de produção⁸. Com a presença de trabalho livre, de assalariamento e, principalmente, com a separação do trabalhador com os meios de produção – formando-se, assim, um mercado de produtos de base e uma força que se ergue diante do trabalhador como *compulsória*, no sentido de forçar este a vender sua força de trabalho – se tem as condições para o capitalismo. Minas Gerais, mesmo com suas transformações econômicas, passava ao largo desses pressupostos. A *hipótese de Wakefield*, demonstrada por Martins (1980) e até certo ponto corroborada por Slenes (1988), se mostraria como um verdadeiro empecilho para a imposição do assalariamento, no sentido acima exposto.

Isaías Pascoal (2007), em seu estudo sobre o caso do Sul de Minas, ao colocar que “elementos não econômicos da vida social devem ser enfatizados para a compreensão mais profunda da reprodução da força de trabalho”, veria outros elementos, que também dificultariam o assalariamento, pois a vida social é, para o autor, “uma síntese de múltiplas determinações não dedutíveis por leis apriorísticas de qualquer natureza” (p. 275-6).

Para Pascoal (2007), o fator psicológico presente na sociedade escravista, ou em transição, faria com que o trabalho agrícola fosse visto como degradante pelo seu histórico atrelado à escravidão, já que “se mesmo para o ingênuo emancipado a liberdade pode significar a possibilidade de não executar tarefas próprias do labor dos escravos, muito maior resistência de pode esperar do homem livre” (p. 280).

A outra questão apontada pelo autor seria a respeito da compensação ou estímulo do assalariamento. Ele chega à conclusão, pela análise de discursos em jornais e no Congresso Agrícola, que há a falta de estímulos econômicos para encorajar a “disposição do homem livre em se dedicar ao trabalho no padrão desejado pelos proprietários” (p. 281). Ao enxergar a falta de incentivos econômicos, e uma racionalidade que passaria distante da

⁸ Não estamos afirmando aqui que seria, a implantação do capitalismo em Minas Gerais, o curso natural da história. As condições para a formação do sistema do capital no Brasil, após a abolição da escravatura, estavam, ainda que de maneira precária, postas.

perspectiva de acumulação de riqueza, estas permitiriam ao autor a desmistificar, com mérito, a “concepção da indolência natural do trabalhador nacional, da sua incapacidade para o trabalho sistemático” (p. 281). O que surge, então, na visão do autor,

são condições sociais e históricas que não exerceram qualquer fator motivador para a dedicação ao trabalho, e quando essas teses são exaradas da análise de proprietários de terra, muito mais significativas se tornam (Ibid.).

É possível que realmente encontremos alguns casos em que a aversão ao trabalho viria carregada do fator psicológico. Também é possível que o baixo incentivo ao trabalho, e a ausência da racionalidade instrumental tenham algum papel. Mas entendemos que esses argumentos não toquem no ponto central da questão. Ao pensar na proletarização da mão-de-obra, ou na formação de um mercado de trabalho, deve-se pensar fundamentalmente em três determinantes na constituição de um mercado capitalista: a) propriedade privada; b) estágio das forças produtivas; e c) imposição do mercado.

Sob o prisma da propriedade privada, Pascoal (2007) embora admita que o acesso à terra “dificulta a proletarização” (p. 276), entende que “mais complicado ainda é pensar no trabalho numa sociedade escravista que o reduz a condição ignominiosa de ocupação desprezível” (Idem.). Uma concepção que se apresenta relativamente problemática ao se colocar o plano psicológico acima da questão da posse dos meios de produção (ou o principal deles, naquele contexto, a terra): a humanidade precisa trabalhar para se reproduzir, e o faz na sua propriedade se a tem e se o estágio das forças produtivas estiver em determinado nível⁹. A condição fundamental para a formação de um mercado de trabalho é a acumulação primitiva, ou seja: separação do produtor dos meios de produção. Tendo, o acesso a elas, seja por posse efetiva ou por relações patriarcais, não só dificultaria a proletarização, mas a impossibilitaria totalmente¹⁰.

Aliada a esta questão, temos ainda o nível das forças produtivas e a imposição do mercado. Minas Gerais tinha um baixo desenvolvimento das forças produtivas ao final do século XIX. Em um ambiente como este, somado a baixa presença do mercado, trabalhar para si ou trabalhar para um grande proprietário não constituía grande diferença. Afinal, para prover sua reprodução, o produto de sua terra seria similar ao da grande propriedade: trabalhando para si, ainda teria a vantagem de ser senhor de si, embora não pudesse contar com ocasionais aquisições externas. Quando se assalariava, tendo, previamente, suas posses, predominantemente, atuava de maneira sazonal: fato que não constitui assalariamento pleno; não a tendo, muitas vezes passava a ter por uma relação patriarcal, onde a meação das terras também tinha relativo peso. Assim, não se separa o trabalhador totalmente dos meios de produção de modo que sua única propriedade se torne sua força de trabalho, não se impõe ao trabalhador a necessidade de venda da sua força de trabalho.

A imposição do mercado por sua vez, passava tão mais distante: as interações comerciais eram realizadas esporadicamente. Funcionava o típico comércio de longa distância. Os meios de subsistência dos trabalhadores livres, como citamos acima, poderiam ser, em boa parte, providos por eles mesmos, não dependendo do mercado. Dessa forma,

⁹ Discutiremos esta questão logo em seguida.

¹⁰ Referimos-nos a proletário justamente ao sujeito que não detém os meios de produção, mas apenas sua força de trabalho para vendê-la. No entanto, acreditamos que o autor tenha usado o termo na questão da possibilidade de um assalariamento com determinada regularidade ou extensão que não necessariamente seja uma imposição. Nesse sentido, realmente se torna difícil a proletarização.

não se pode pensar que se surgiria uma “mentalidade voltada para a acumulação de riqueza” que incentivasse os trabalhadores ao labor, se o próprio mercado não se fazia sentir. E se estamos tratando em termos de atraso, nos moldes que delineamos nesse artigo, o trecho de Ellen Wood corrobora, suficientemente, para nossa argumentação:

a vida material e a reprodução no capitalismo são universalmente medidas pelo mercado, de forma que, de um modo ou de outro, todos os indivíduos tem que entrar nas relações do mercado para ter acesso aos meios de subsistência; e segundo, os ditames do mercado capitalista – seus imperativos de competição, acumulação, maximização de lucros e crescente produtividade do trabalho – regem não apenas todas as transações econômicas, mas as relações sociais em geral (2001, p. 16).

Vimos que as relações capitalistas em Minas Gerais, em sua própria materialidade não se constituíram de forma plena. Não se possuía um efetivo mercado de mão-de-obra frente à questão da propriedade, além de se ter perdurado longamente a escravidão; as relações comerciais, embora realizadas sobre uma diversificada produção, não eram integradas. Em suma, a árvore cujas “raízes da modernização” já estavam fincadas desde o século XVIII, não frutificou no século seguinte. É a partir desse contexto que problematizamos o papel do Estado. Procuraremos compreender de que forma se procedeu a sua luta no empreendimento da modernidade, por sua atuação sobre a economia, e sobre os mercados principalmente.

2. Economia e Estado

I. Contextualização

Como indicamos, Minas Gerais se encontrava em atraso na formação do capitalismo. Em um contexto como esse, e frente ao desenvolvimento de outros Estados, começou-se a notar o atraso mineiro pelas autoridades. Wirth (1982) indica que se a atuação mineira não era suficientemente progressista, como de outros estados, era porque a mentalidade (ou cultura) era baseada em um relativo conservadorismo que perpassava gerações. Mas, se formos analisar a base produtiva da sociedade mineira veremos que não é bem isso que o condiciona. Seguem alguns elementos: 1) Minas, até por falta de opção, manteve firme e forte a escravidão até o seu limite; 2) a possível ausência do pensamento de integração (colagem do mosaico), no que diz respeito ao mercado, pode também ser observada pelo número de manufaturas e pequenas fábricas que haviam no estado. Conforme as ideias de Diniz (1981), as manufaturas se perduravam em Minas graças a essa mesma falta de integração; quando ela chegou, ainda que não de forma plena, a concorrência com produções maiores, de outros Estados, levou, até mesmo as indústrias maiores de Juiz de Fora, à quebra (PAULA, 2002).

Entendemos, no entanto, que o pensamento político de Minas Gerais, até certo momento, não se fazia tão diferente dos demais, que não fora este que condicionou a situação de atraso. A preocupação com o desenvolvimento se faz notar nos *relatórios de Presidente de Província*. Não por acaso, Minas contou com uma rede ferroviária tão representativa quanto a de São Paulo. Houve a tentativa de se oferecer serviços de infraestrutura a atividades ainda nascentes, como o café. Entretanto, a partir do momento em que São Paulo disparava na produção cafeeira, surgiam condições para fomentar seu próprio sistema de acumulação – que posteriormente culminaria com a diversificação do capital com o “grande capital cafeeiro”. Permitia-se que se desenvolvessem “um complexo

de atividades relacionadas com a comercialização [como] casas de exportação, rede bancária e sistema ferroviário de transportes” (DINIZ, 1981, p. 103). Talvez sejam destas condições que emergiam as perspectivas diferentes na análise do pensamento político dos dois Estados. São Paulo passava a ter a sua atuação reconhecidamente progressista *por ter condições* para o progresso. Se Minas não o tinha, foi porque não era possível atuar efetivamente sobre bases já solidificadas. Os projetos políticos de modernização em Minas se direcionavam para causas posteriores às das realizações da acumulação, e por isso, ofereciam poucas condições para que ela, verdadeiramente, se iniciasse¹¹.

Segundo Dulci (1999), aliada às lembranças dos tempos áureos da mineração, é diante da disparidade de Minas com relação a São Paulo que se diagnosticaria a posição de atraso. Era um diagnóstico pessimista onde a estagnação, e até mesmo a decadência econômica e demográfica, principalmente no início do século XX, saltavam aos olhos. É em um contexto como esse, de atraso, que na perspectiva do autor apareceria uma primazia de fatores políticos sobre os de mercado onde “o Estado e seus aparelhos (...) assumem particular importância como espaços de coordenação estratégica da economia e da articulação dos diversos atores (...) envolvidos no empreendimento da modernização” (p. 37). Iniciar-se-iam, a partir daí, uma série de novos empreendimentos e deliberações do governo mineiro no sentido de tentar promover o progresso de Minas Gerais. Mas, por que, então, a economia mineira não se desenvolveu como esperavam os projetos realizados?

Além do argumento sobre as relações de produção atrasadas que provocaram um atraso até o início do século XX, como foi exposto inicialmente, Diniz (1981) nos oferece outros elementos interessantes:

1) Em Minas, não havia articulação em torno de um centro próprio, a tal ponto que, a título de exemplo, determinadas regiões como Sul e Triângulo teriam melhores relações com o Estado de São Paulo. A falta de integração, por isso, pode ser uma das causas, inclusive, não ter em Minas surgido uma industrialização concentrada como no Rio de Janeiro e em São Paulo.

2) Minas, embora tenha se antecipado nas tentativas de fomentar uma industrialização, de se antecipar na presença de investimentos estrangeiros e na presença do Estado na economia (com empresas públicas, sistema energético e planejamento de cidades) não superaria o atraso. A queda na produção de café não foi compensada por novos negócios; mineração e metalurgia (que eram empreendimentos industriais de interesse no Estado) exigiam grandes volumes de capital; e persistia a falta de infraestrutura econômica, o que inevitavelmente conduziria a gargalos.

Em uma palavra: mesmo o atraso econômico sendo identificado por alguns políticos, incorporado por projetos de modernização da economia, Minas Gerais apresentou uma morosa transição para a constituição plena de seu capitalismo. Na dificuldade de efetivação de setores modernos, negócios tradicionais eram reafirmados. Assim, dentre os programas de modernização da economia pelo passado, encontramos uma que diz respeito à pecuária. Na transição para o século XX instituíram-se três feiras de gado no Estado: Três

¹¹ Em 1910, por exemplo, com a promulgação da Lei no. 546 de apoio ao melhoramento urbano parte representativa dos empréstimos assumidos pelo governo se concentraram à modernização e não às atividades produtivas.

Corações (a que nos propomos à análise), Benfica e Sítio. As feiras eram formas do que chamaremos de “mercado”¹² imposto pelo Estado.

II. *Imposição do Estado na formação de mercados*

Como já citamos as idéias de Dulci (1999): o Estado, em um contexto de atraso econômico, se impõe para articular os interesses dos agentes de um determinado ramo de produção no sentido de viabilizar melhorias. É nesse sentido que abordaremos a “formação de mercados pelo Estado”. A discussão se faz necessária para que não percamos a ligação do todo com as partes em nosso estudo. Se olhando do ponto de vista particularista temos que a Feira de Gado de Três Corações foi, apenas, um grande negócio de gado – segundo o memorialista João Fonseca (1984), a maior da América Latina nas primeiras décadas do século XX –, olhando na perspectiva das ligações com o todo, temos que ela foi produto de uma articulação de interesses. E, é somente a partir dessa perspectiva que não nos limitamos à mera descrição e passamos a compreender, explicar e contextualizar o negócio. E, é por ela, da articulação do todo com as partes que prosseguiremos a análise.

Para isso, remeteremos ao conceito de “Formação Pontual de Mercados”. Atividades com relativa sazonalidade em um ambiente de baixa integração requerem, para sua melhor utilização, a intervenção do poder político no sentido de instituir esses “mercados”. Uma vez instituída, essa forma de “mercado” pode permitir ao produtor por um lado, a capacidade de prever, aproximadamente, o preço de seu produto final; e por outro, com certos limites, ter uma melhor perspectiva de ter seu produto vendido. Pois afinal, estariam concentrados em um mesmo espaço, inúmeros compradores – fato que não seria possível em suas unidades isoladas, ou por uma logística comercial inexistente à época. Assim, pela concentração de compradores e produtores, e em alguns casos em virtude da lei, tem-se de certa forma, uma uniformidade de preços¹³.

Utilizamos a categoria “pontual” pelas seguintes questões:

- 1) Geograficamente, é necessariamente limitado. Em um contexto em que precisa ser instituído, necessariamente pressupõe-se a inexistência de condições de integração, ou de um mercado que exerça influência direta na base produtiva. Por sua instituição, concentram-se, mais uma vez, compradores e vendedores em um determinado espaço. A sensação do mercado, enquanto imperativo, faz-se sentir na unidade de produção, se não de maneira efetiva, pelo menos potencialmente. O produtor passa a ter, naquele mercado, uma possibilidade. E, passa, a partir do momento em que entra nele, sofrer de sua coerção.
- 2) É limitado quanto à diversificação de produtos. Não se vêem integrações de produtores de diferentes categorias em um mesmo espaço. Esses “mercados”,

¹² Utilizaremos o termo mercado entre aspas enquanto não estivermos nos referindo a mercado efetivamente capitalista.

¹³ É preciso muito cuidado com este ponto. Emílio Sereni, adotando a metodologia da imposição do mercado (através da análise das variações dos preços de determinada mercadoria, variando somente em função de transportes) veria o nível da constituição do capitalismo em determinado país (PAULA, 2006). Não é o que pretendemos aqui. A uniformidade dos preços, no nosso contexto, é dada por instituição de um mercado em um determinado local: concentrando-se os vendedores em um determinado espaço, sobre estes recairão os imperativos do mercado, surgindo assim concorrência e determinado nível de preços. De outro modo, seria por imposição dos preços pelo Estado.

pela necessidade de concentração de “agentes econômicos” buscam atrair aqueles que se interagem através de determinado tipo de mercadoria.

- 3) Em muitos casos, é também temporalmente limitado, por diferentes razões: Uma, é pela sazonalidade incontrolável da produção de determinada mercadoria. Outra, pode dizer respeito à perecibilidade do produto. Uma terceira, e mais importante, é pelo mesmo motivo citado nas outras a respeito da concentração de vendedores e produtores.

O Estado, ao instituir esses “mercados” está, necessariamente, buscando dar condições de avanço a determinados ramos de produção, onde eles são possíveis. Acerca de nosso objeto de estudo, ele se torna perfeitamente válido. A feira de Três Corações surgiu dessa forma.

3. A Feira de Gado de Três Corações

A Feira de Gado de Três Corações, no Sul de Minas Gerais, passou a ser regulamentada pelo Estado – além das de Benfica e Sítio (Zona da Mata) –, a partir de 1898 (WIRTH, 1982). Segundo o *Relatório de Presidente do Estado de 1916*, teriam sido constituídas “com o intuito de amparar a causa do invernista, até então [1898] obrigado a levar o seu gado ao matadouro de Santa Cruz, onde recebia o preço e a senha” (p. 97). Foram empreendimentos estatais onde se buscava articulação dos interesses, como discutimos anteriormente. O matadouro Santa Cruz, no Rio de Janeiro, possuía monopólio concedido pelo governo Floriano Peixoto desde 1891. De acordo com Wirth (1982), fora concedido “para apaziguar os consumidores de classes médias e baixa, os mais atingidos pela inflação” (p. 91); e para importar o gado platino, com o objetivo de diminuir os preços domésticos, contra os quais os pecuaristas nacionais deveriam competir.

O município de Passos – também no Sul de Minas, pode ser considerado o ponto de onde nasceria a Feira de Três Corações. Desde a metade do século XIX, o município já possuía negócios de abastecimento, sendo “um daqueles que exportam em grande quantidade para o consumo desta corte” (BRETAS, 1862, p. 243). E, como membros respeitáveis no negócio, ainda que neste período “o gado tenha arruinado ali algumas fortunas” (Ibidem), constavam os irmãos Abreu.

No entanto, com a chegada da Estrada de Ferro Minas and Rio até Três Corações em 1884, (ferrovia que se entroncava em Cruzeiro, no vale do Paraíba paulista, com a E.F. D. Pedro II), é provável que os negócios de gado tenham se deslocado de Passos. A estrada de ferro chegaria somente até Três Corações – e não até Barra do Pontal (ponto navegável no Rio Verde, que poderia articular uma mais ampla estrutura de transportes) – por falta de recursos, ocasionando diversas reclamações de negociantes em Passos (GIOVANINI, 2006). Os principais centros de engorda eram, segundo Costa (1978), além de Passos, a cidade de Santa Rita de Cássia: ambas importavam gado de várias regiões do sertão mineiro e de algumas regiões do centro-oeste. Não chegando a infra-estrutura de transporte esperada até aquele região, foi-se necessário o deslocamento da atividade: de Passos, um dos irmãos Abreu, Belchior Pimenta, se mudaria para Três Corações.

Tendo ele, conseguido o empreendimento de emancipar em 1884 o arraial de Três Corações, até então pertencente ao município de Campanha, passou a governá-lo como intendente da Câmara. Ademais, tornou-se o responsável pelo privilégio de embarcar gado pela ferrovia (junto ao concessionário da referida estrada), tendo conquistado também em

1887¹⁴ os direitos de estruturar a Feira (por meio do aluguel e preparação de terrenos para internagem e exposição), e nela cobrar impostos (SOUSA, 1975). Segue uma tabela ilustrativa a respeito da evolução do escoamento de animais pela E.F. Minas and Rio¹⁵:

TABELA I

Movimento de saída de animais pela E.F Minas and Rio					
Ano	Animais	Ano	Animais	Ano	Animais
1884	2.180	1892	88.678	1900	81.645
1885	5.888	1893	71.298	1901	79.808
1886	21.469	1894	79.124	1903	85.252
1887	61.252	1895	61.781	1904	79.911
1888	89.020	1896	54.643	1905	108.688
1889	81.917	1897	82.732	1907	118.542
1890	89.719	1898	71.997	1908	117.626
1891	91.773	1899	52.501		

Fonte: Relatórios do Ministério da Agricultura (até 1905); Relatórios do Ministério de Indústria, Viação e Obras Públicas (1907 e 1908). Não consta para os anos de 1902, 1906, 1909 e seguintes.

Nota-se que a partir de 1888, quando se estabilizou a situação do transporte de animais pela Ferrovia, houve um relativo impulso nas exportações. No município, por volta do mesmo período, a Companhia Pastoral Mineira já possuía fazendas de pastagem e criação. Esta Companhia, segundo os *Relatórios do Ministério da Agricultura dos anos de 1889 e 1890*, teria recebido do Estado o direito à subvenção anual de 150:000\$000 por dez anos, que passaria a valer após a instalação de um dos dois matadouros previstos com câmaras de congelamento dentro do Estado, e estabelecendo depósitos refrigeradores junto aos mercados consumidores em São Paulo e Rio de Janeiro. No entanto, as instalações jamais saíram do papel, com a liquidação da empresa em 1900 (AGRICULTURA, 1900).

Não por acaso, Wirth (1982) indicou que o comércio das regiões do oeste de Minas, Triângulo e Centro-Oeste, ao longo da década de 1910, se direcionariam para os “compradores paulistas liderados pela Anglo Frigorífico Co., de propriedade britânica” que havia chegado à Barretos em 1913 (p. 91). Os matadouros da Pastoral Mineira, ou de qualquer empresa mineira, não foram colocados em operação, enquanto isso, em Barretos, outro frigorífico começaria a funcionar em 1918, com capacidade de tomar para si boa parte dos negócios de comercialização do gado de Minas Gerais. Especialmente porque, a expansão das criações na região do triângulo mineiro estaria diretamente ligada com Barretos por meio da Mogiana desde 1909.

Retomando a cronologia, o Estado em 1898 regulamentou as Feiras, e é a partir de 1900 que Belchior Pimenta de Abreu se aliou a seu afilhado Cristiano José Lemos para levar a cabo o negócio. Eles conseguiram a concessão junto ao Estado, e de acordo as com certidões para registros de firmas comerciais¹⁶, a 20 de novembro de 1900 constituíram as

¹⁴ O negócio de gado, embora tenha sido apenas regulamentado 1898 (WIRTH, 1982), já data desta época o seu funcionamento, conforme comprovaremos, adiante, pelos dados de transporte da E.F. Minas and Rio.

¹⁵ Os animais referidos são gado vacum, porcos e lanígero. Com exceção dos três primeiros anos, nos demais, o volume de gado vacum perfaz em torno de 90% do total.

¹⁶ Documentos localizados no “Cartório de Registro de Títulos e Protestos” de Três Corações, Cx. nº 1, contendo documentos do período de 1899 a 1928. Porém, foram consultados documentos apenas dos anos 1900 e 1901.

firmas “Belchior Pimenta à Companhia”, sob a categoria de “exploração contrato feira de gado” e a “Cristiano Lemos à companhia”, em 1901, sob a categoria de “companhia, venda e comissão de gado”. Regulamentada a Feira, passariam nela a ser cobrados impostos. Fato que motivaria uma maior preocupação quanto à fiscalização no Estado, já que os condutores tentariam burlá-la. Como aconteceu em 1903, com o embarque, parcial, do gado direto em Taubaté para o Rio de Janeiro (AGRICULTURA, 1904, p. 364). Segue uma tabela com os números da Feira de Três Corações (apenas em gado vacum):

TABELA II

Volume de negócios – Feira Três Corações					
Ano	Cabeças	Ano	cabeças	ano	cabeças
1902	75.503	1909	101.589	1915	127.041
1903	78.873	1910	116.030	1916	156.332
1904	86.056*	1911	125.206	1917	126.937
1905	99.963*	1912	137.188	1918	116.186
1906	99.681*	1913	136.325	1919	93.928*
1908	102.885	1914	132.997	1922	81.867

FONTE: Relatórios de Presidente de Província e Estado. Nos anos de 1920 e 1921 não houve Feira. Os anos com * correspondem a estimativas baseadas no total negociado em todas as Feiras, retirando-se o percentual médio das negociações em Três Corações. Os demais anos não constam.

O negócio, como se pode ver, embora tenha dado relativos resultados, vinha de uma base produtiva irregular. As oscilações eram constantes, provocadas pela própria estrutura do negócio. Algumas regiões, em determinados períodos, eram vítimas de epidemias segundo os *Relatórios do Ministério da Agricultura*. Fatos estes que causavam preocupação e foram, inclusive, responsáveis pela não-realização das feiras de 1920 e 1921.

O monopólio de Santa Cruz seria cassado no início do século XX, segundo Wirth (1982), graças à conjuntura econômico-estrutural do país. A desvalorização no câmbio elevaria o preço do gado platino que, aliado às taxas de importação implantadas, protegeriam o produtor nacional. A melhora das ligações ferroviárias com o Distrito Federal também possibilitaria romper com o monopólio carioca. Independentemente da manutenção ou não dessas condições, o fato é que o negócio não progredia.

Dentre os problemas, o principal era a falta de infra-estrutura. O peso da mercadoria era, durante boa parte do funcionamento da feira, avaliado por apreciação visual. A ausência de matadouros e câmaras de resfriamento também condicionou uma relação de dependência com os mercados paulista e carioca. A produção, considerando-se o valor agregado, se tornava menor do que toda a sua potencialidade¹⁷. Os mercados consumidores eram também limitados, segundo o *relatório do Presidente do Estado de 1907*. O mesmo documento alerta para a preocupação com a superprodução que era iminente.

A preocupação com a ampliação de mercados também se fazia sentir. E era sempre pautada na mesma questão: a de infra-estrutura. Entretanto, ainda assim, sem conquistá-la o Estado conseguiu ampliar suas exportações (agora também para mercados estrangeiros) nos

¹⁷ Fatos como esse causaram, segundo Wirth (1982) uma grande preocupação nas autoridades mineiras a respeito da “perda de substância”. A ausência de uma infra-estrutura, como em nosso caso os frigoríficos e os matadouros, mas também (e principalmente) portos, ocasionariam com São Paulo e Rio de Janeiro uma relação de dependência em que estes explorariam “o final” da produção mineira.

anos 1915 e 1916, mantendo-se um relativo nível em 1917 e 1918. De acordo o *relatório do Presidente do Estado de 1916*, essa expansão fora causada pelo crescimento da economia nacional no período da 1ª Guerra Mundial. O café, por seu turno, com as crises de superprodução, vinha perdendo participação nas rendas de exportação do Estado. Embora o volume de exportação tivesse em contínuo crescimento, relativamente sua participação nas exportações foi reduzida até apenas 30% (vide tabela III). Em contrapartida, o gado se aproveitava das melhores condições de comercialização para representar aproximadamente 40% das exportações mineiras entre 1908 e 1919, quando iniciou-se nova tendência de retração do negócio (WIRTH, 1982, p. 83).

TABELA III
 Percentual do Valor da Produção do Café no Conjunto
 das Exportações Mineiras (1890/1924)

Anos	Valor Exportado (contos)	Valor do Café (contos)	% do café sobre o total
1889/1893	99.982,450	71.628,535	71,64
1894/1898	186.687,546	128.164,206	68,65
1899/1903	156.343,563	93.228,506	59,63
1904/1908	136.043,725	64.619,539	47,49
1909/1913	191.802,771	84.682,079	44,15
1914/1918	282.952,735	84.909,415	30,00
1919/1923	550.796,920	241.233,057	43,79
1924/1926	939.768,502	505.095,723	53,74

Fonte: VISCARDI, 1999, p.2.

Entre as causas da crise da pecuária na região no início da década de 1920, pode-se destacar dois decisivos fatores. Em primeiro lugar, a Cooperativa Pastoral Sul-Mineira formada para organizar as remessas de gado por Três Corações, por recomendação do governo do Estado, em 1914, encerraria suas atividades já no ano de 1915. Assim como a Companhia Pastoril Mineira, que já havia falido em 1900, as empresas locais não conseguiam se firmar na comercialização de gado. Em segundo lugar e, possivelmente como causa da fragilidade do setor no Sul de Minas, quem dominava o setor no país eram os britânicos da Anglo Frigorífico Co. de Barretos, pois, além de mais próximos dos centros urbanos, contavam com um maior capital nos meios de produção (WIRTH, 1982). Os pedidos, desde Silviano Brandão em 1890, até as tentativas na década de 1910, para que o investimento estrangeiro em processamento de carnes chegasse aos centros comerciantes de Minas Gerais não se concretizariam. Os investidores preferiam se direcionar ou à Argentina ou ao interior de São Paulo. Em 1928, o Estado atuaria mais energeticamente ao oferecer incentivos a investidores estrangeiros a fim de estabelecer cinco matadouros em seus territórios. Porém, a tentativa morreria mais uma vez, mas agora, na crise de 1929.

Considerações finais

Buscou-se ao longo deste artigo apresentar as condições econômicas sobre as quais se configuraram o complexo político-social de Minas Gerais. Procurando não perder este enfoque, tratamos desde a transição do trabalho escravo para o trabalho livre até a intervenção do Estado na economia. Minas Gerais sofreu um atraso nas consolidações das relações capitalistas, passando a direcionar para as mãos do Estado determinadas responsabilidades no projeto de modernização da economia. Não se tratava de um

empreendimento do “ideal da modernização”, mas sim uma busca de se equiparar à economia paulista que disparava à frente em cenário nacional. O atraso de Minas, fora somente então percebido nesse sentido, na visão de que estava perdendo posições relativas no cenário nacional.

No ramo da pecuária, o Estado atuou desde a formação de seus mercados até nas tentativas de atrair matadouros e frigoríficos para atenuar a conhecida “perda de substância”. Era a tentativa de modernizar a tradicional atividade ligada ao abastecimento. Entretanto, a estrutura do negócio era por si limitada, já que os mercados consumidores (com exceção do período da 1ª Guerra) também eram limitados para uma crescente concorrência tanto com São Paulo como com as regiões platinas.

Se o Estado não conquistou avanço no início do século (não só nesse ramo, mas em todos os demais), não é na política que temos que buscar suas causas. Devemos sim buscar nas condições materiais de produção, que frente a São Paulo principalmente, se mostravam limitadas. São Paulo não somente se modernizou antes que Minas Gerais como inclusive conseguiu explorar uma forte potencialidade mineira: com a concentração dos processos mais avançados da cadeia produtiva da pecuária em São Paulo, novamente Minas Gerais se tornava subordinada aos matadouros e frigoríficos de outra região. A modernização, que caminhava para setores tradicionais da economia, ainda não conseguia superar as restrições deixadas pelas heranças de uma sociedade que não havia completado sua transição para uma sociedade capitalista.

Referências

Fontes primárias

- BRETAS. Discurso proferido a 26 de julho de 1862. *Annaes do Parlamento Brasileiro*: sessão de 1862. Tomo III. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1862.
- MINAS GERAIS. *Relatórios de Presidente de Província e de Estado* (1902-1923). Disponíveis em: <http://brazil.crl.edu>.
- BRASIL. *Relatórios do Ministério da Agricultura*. (1884 – 1906). Disponíveis em: <http://brazil.crl.edu>.
- BRASIL. *Relatórios do Ministério de Indústria, Viação e Obras Públicas*. (1907 – 1908). Disponíveis em: <http://brazil.crl.edu>.
- TRÊS CORAÇÕES - MG. Certidões para registros de firmas comerciais (1900-1901) Cx. nº 1. *Cartório de Registro de Títulos e Protestos*.

Referências bibliográficas

- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial no Brasil*. São Paulo: Difel, 1977.
- CANO, Wilson; LUNA, Francisco. Economia escravista em Minas Gerais. *Cadernos IFCH-Unicamp*. Campinas: out. 1983.
- COSTA, Fernando Nogueira da. *Bancos em Minas Gerais* (1889-1964). Campinas: Dissertação de Mestrado – IFCH/Unicamp, 1978.
- DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.
- DULCI, Otavio. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

- FONSECA, João Garcia da. *Três Corações e sua história*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1984.
- FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- GIOVANINI, Rafael. *Regiões em movimento: um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata (1808-1897)*. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado – UFMG, 2006.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma Economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MARCONDES, Renato Leite. *Desigualdades regionais brasileiras: comércio marítimo e posse de cativos na década de 1870*. Ribeirão Preto: Livre-docência – FEA/USP Ribeirão Preto, 2006.
- MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais, Brazil*. Tese de Doutorado - Vanderbilt University, 1980.
- MARTINS, Roberto Borges. A economia escravista de Minas Gerais no Século XIX. *Texto de discussão número 10*. Belo Horizonte: CEDEPLAR-UFMG, 1982.
- MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PASCOAL, Isaías. Economia e trabalho no sul de Minas no século XIX. *Economia e sociedade*. Campinas, v. 16, n. 2 (30), p. 259-287, ago. 2007.
- PAULA, João Antônio de. O mercado e o mercado interno no Brasil: conceito e história. *História Econômica & História de Empresas*. Número 10, Volume 1. São Paulo: Hucitec/ABPHE, 2002.
- PAULA, Ricardo Zimbrão. Indústria em Minas Gerais: origem e desenvolvimento. *X Seminário de Economia Mineira*, 2002.
- PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província: rotas de comércio interprovincial (Minas Gerais, 1839-1884)*. Araraquara: dissertação de mestrado – Unesp, 2006.
- SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 18, nº 3, 449-495, 1988.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da industrialização no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- SOUSA, Benefredo de. *Boiada vai, máquina vem...* Pouso Alegre: Tipografia Escola Profissional, 1975.
- VISCARDI, Cláudia. M. R. “Minas Gerais no Convênio de Taubaté: Uma Abordagem Diferenciada”. *III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas*, Anais da ABPHE. Curitiba : UFPR, 1999.
- WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- WOOD, Ellen. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.